

## **DIÁLOGOS E REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NA ÓTICA DOS ALUNOS-PROFESSORES, PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Yvina Pavan Baldo  
Daniele Veiga Carneiro Sonder

Este artigo de cunho qualitativo apresenta um estudo de caso de uma pesquisa realizada em 13 escolas de diferentes níveis de ensino. A pesquisa é o resultado de uma proposta acadêmica, desenvolvida em uma disciplina de um curso na área de formação de professores no nível de pós-graduação lato sensu, com o objetivo promover uma interlocução entre práxis pedagógica e os processos formativos. O público-alvo do curso são professores, que mediante os conteúdos estudados na formação e as experiências vivenciadas em sala de aula promoveram uma prática reflexiva a partir dos diálogos e da construção do conhecimento. O recorte escolhido apresenta o mapeamento da situação encontrada nas escolas referente à inclusão escolar, considerando o diálogo entre os sujeitos envolvidos. Por meio do desenvolvimento de um projeto, os diferentes tipos de deficiência foram abordados ao longo da pesquisa, permitindo uma ampla discussão sob diferentes óticas: alunos-professores, professores de educação especial e alunos com deficiência. Os resultados obtidos na coleta de dados e na análise do perfil diagnóstico da turma de pós-graduação demonstram a construção do conhecimento a partir de um mundo até então 'invisível' para alguns alunos-professores, obtendo aprendizagens que fizeram e/ou farão a diferença em sua prática e na sua comunidade escolar. Além disso, apontam para as fragilidades encontradas na formação docente, a carreira docente e suas pluralidades e a importância de ouvir a 'voz' dos alunos com deficiência nos processos formativos.

**Palavras-chave:** inclusão; formação de professores; educação especial.

### **INTRODUÇÃO**

As políticas públicas em torno da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva cresceram nos últimos anos, culminando para a aprovação do estatuto da pessoa com deficiência por meio da Lei de nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Além do atendimento prioritário, a pessoa com deficiência deve ter o acesso a informação e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis nos diferentes setores de atendimento ao público. A capacitação inicial e continuada é destacada no estatuto da pessoa com deficiência para a área da

saúde. Entretanto, o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando à garantia das condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem também é citado na lei.

O Art.º 30 da lei de nº 13.146 relaciona diversas medidas que devem ser adotadas pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, dentre elas: formulário de inscrição de exames que informe o tipo de deficiência e os recursos de acessibilidade necessários para garantir a sua participação, provas em formatos acessíveis, recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas disponíveis para uso, dilatação de tempo de acordo com o tipo de deficiência, critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística e tradução em Libras, quando necessário (BRASIL, 2015).

O estatuto da pessoa com deficiência também incentiva o fomento para a capacitação tecnológica de instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de tecnologia assistiva e social que sejam voltadas para melhoria da funcionalidade e da participação social da pessoa com deficiência. Assim como, conforme o Artº. 55 da Lei de nº 13.146, “[...] a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado” (BRASIL, 2015).

Diante do contexto apresentado e de pesquisas na área da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva (PRIETO, 2006; KASSAR, 2007; BUENO, 2008; FREITAS, 2013), este artigo tem como objetivo promover uma interlocução entre práxis pedagógica e os processos formativos, potencializando diálogos e reflexões por meio de um estudo de caso realizado no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Tecnologias Educacionais, de uma instituição pública de ensino, na disciplina de Acessibilidade e Tecnologia, cujo tema transversal foi a realização de um projeto, em uma escola que tivesse algum aluno com deficiência.

Os conteúdos discutidos na formação estabeleciam uma prática reflexiva, entre a teoria e a prática vivenciada na escola. Os resultados obtidos a partir da coleta de dados e análise do perfil diagnóstico da turma demonstram a

construção do conhecimento a partir de um mundo até então 'invisível' para alguns alunos-professores, obtendo aprendizagens que fizeram e/ou farão a diferença em sua prática e de sua comunidade escolar.

## **2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

O movimento da Educação Inclusiva no Brasil se fortaleceu em 1988, com a Constituição Federal, que prevê pleno desenvolvimento dos cidadãos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. A Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de dezembro de 1996 já contemplava a Educação Especial, mas ainda deixava em aberto a possibilidade de educação das pessoas com deficiência tanto em escola comum quanto nas especializadas. Alterações feitas na LDB modificaram a sua redação, ampliando a abrangência nessa modalidade de ensino (BRASIL, 1996).

A nova redação dada pela Lei de nº 12.796 (BRASIL, 2009, Artº. 58) conceitua a educação especial como “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. A Educação Especial deve estar contemplada na Educação denominada ‘Inclusiva’, o que para Raiça (2008, p. 21) é um termo desnecessário, pois:

A educação é um aparato social que tem como objetivo a inclusão do indivíduo no mundo. Educação deriva do latim *educare* que está ligado a *educere* que, por sua vez, significa conduzir, levar para fora. Nessa perspectiva, a educação deveria ser sempre inclusiva, à medida que visa à progressiva transição da criança do núcleo primário de socialização, que é a família que é a vida comunitária. Educar é incluir, é favorecer a aquisição de competências e habilidades que proporcionem condições de a pessoa participar das relações produtivas no meio social em que vive.

É importante destacar que na LDB (BRASIL, 1996), o artigo 59, garante aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

[...]

É perceptível que existem esforços do Governo Federal no sentido de (re)formular políticas públicas que tratam do direito de pessoas com deficiências terem acesso à educação no ensino regular. Mas apenas a existência de regulamentações não garante a inclusão “de fato”. É preciso prover mecanismos para que desde a formação inicial até a continuada, o planejamento educacional e as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas para garantir o tripé: ingresso, permanência e qualidade no ensino.

A inclusão escolar dos alunos com deficiência deve avançar para além das questões de cunho ‘clínico’ e ou assistencialista. Segundo Santos (2013, p. 64):

A articulação restrita das políticas públicas e a precariedade da organização da maioria das escolas e das ações pedagógicas dificultam a incorporação das necessidades de aprendizagem desses estudantes nas atividades vivenciadas pelo grupo de uma sala regular. Acrescenta-se a isso a persistência de uma visão clínica, baseada na ideia que esses estudantes necessitam de intervenções ‘curativas’ às suas ‘deficiências’, em detrimento do acesso ao conhecimento comum trabalhado no coletivo da turma.

Nota-se que a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular requer um processo de discussão e planejamento que não está restrito unicamente ao professor. Segundo Freitas (2013, p. 14): “A inclusão é um ponto de partida, não de chegada”. Quer dizer que é necessário desenvolver atitudes que viabilizem a inclusão e que potencializem suas habilidades. E, compreendendo suas diferenças de desenvolvimento, promover práticas educativas que atendam às suas singularidades, valorizando o seu potencial de aprendizagem, não realçando suas limitações.

Viabilizar a inclusão escolar perpassa pelo repensar da organização da escola e do trabalho educativo visando atender às necessidades dessas pessoas e permitindo a construção do conhecimento de maneira efetiva (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido Vygotsky (1984), por sua vez, chama a atenção sobre o processo de ensino-aprendizagem decorrente de relações entre os seres humanos, do ambiente (físico e cultural), dos instrumentos e da linguagem utilizada. Dentre os instrumentos, têm-se tecnologias assistivas como grandes aliadas, se planejadas adequadamente, para proporcionar formas diferenciadas de interação professor-aluno e aluno-aluno, de mediação que possibilitem avanços significativos no desenvolvimento e no processo de construção de conhecimentos das pessoas com deficiência.

Em termos de acessibilidade, a escola deve prover atenção no que diz respeito acessibilidade atitudinal, por meio de programas e sensibilização da comunidade escolar em geral, evitando preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Ademais, questões sem barreiras físicas (arquitetônica) e no apoio à formação para as adaptações de cunho comunicacional, metodológico, instrumental e programático, garantidos por meio de regulamentos e normas em geral.

Nessa perspectiva, a escola precisa redirecionar o foco do aluno para o 'sistema de ensino' para que a educação seja aberta a 'todos', isso certamente exigirá uma ruptura contínua de ideias e práticas. E estas devem ser inseridas na formação dos professores.

Sabe-se que as questões que envolvem a educação inclusiva merecem uma sensibilização tanto das instituições quanto de seus docentes. Para Raiça (2008, p.23):

O despreparo dos professores e o excesso de alunos por sala de aula, assim como a falta de apoio no processo de inclusão, costumam ser foco de queixas e resistências dos professores ao movimento inclusivo. É claro que essa resistência não é generalizada, pois sempre houve educadores, antes mesmo do movimento inclusivo ganhar força, que ensinavam as crianças com deficiências ou dificuldades na aprendizagem em classes regulares e, muitas vezes, obtinham sucesso.

É preciso que desde o início do processo fique cada vez mais claro que, embora diferente entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há

docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996).

Ao pensar na formação docente, a Aprendizagem Baseada em Projeto (ABP) apresenta-se como um modelo de ensino que colabora para que os alunos confrontem as questões e os problemas do mundo real que consideram significativos, determinando como abordá-los e, então, agindo de forma cooperativa em busca de soluções. É comum os alunos selecionarem aspectos e ambientes relacionados à sua atividade diária e são motivados por problemas do mundo real que podem, e em muitos casos irão, contribuir para sua comunidade acadêmica e para a sociedade de maneira geral. Nesta direção, a ABP mostra-se uma importante técnica de ensino para a formação na área de Educação Especial, uma área interdisciplinar e que necessita de uma visão sistematizada de todas as questões inseridas. Assim, a ABP potencializa a construção de conhecimento, por meio de projetos autênticos e realistas, baseados na questão da inclusão escolar, de maneira motivadora e envolvente (BENDER, 2014).

Segundo Fagundes (1999) uma metodologia de Projetos de Aprendizagem, devem abordar uma prática flexível, ficando os docentes como mediadores do processo. Os alunos organizam o desenvolvimento da pesquisa, redefinindo conteúdos prioritários para sua autoaprendizagem.

O recorte escolhido que será descrito a seguir, envolve o mapeamento da situação encontrada nas escolas referente à inclusão escolar por meio de um projeto, a partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos. A construção de um plano de ação e de medidas interventivas são objetos de trabalhos futuros desta pesquisa.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este artigo apresenta um estudo de caso, envolvendo uma turma de alunos de um curso de pós-graduação na área de formação de professores, em uma instituição pública de ensino. Segundo André (1984) um estudo de caso busca

a descoberta, e o pesquisador deve estar constantemente atento a elementos que podem emergir como importantes durante o estudo, aspectos não previstos e dimensões não estabelecidas a priori.

Em um estudo de caso sua característica mais distintiva é a ênfase na singularidade, no particular. Isso implica que o objeto de estudo seja examinado como único, uma representação singular da realidade, realidade esta, multidimensional e historicamente situada (ANDRÉ, 1984, p.52).

A disciplina escolhida para a pesquisa e desenvolvimento baseado em projeto foram definidos considerando sua ementa e a relação com a temática na área de Educação Especial. A pesquisa foi realizada na disciplina de Acessibilidade e Tecnologia, cujos alunos eram professores em formação. A turma era composta por 30 alunos, com predominância para residentes em municípios da Grande Vitória (Serra e Vitória), tendo a sua maioria do gênero feminino (71,4%). As faixas etárias foram organizadas da seguinte forma: de 20 a 30 anos (13,3%), de 31 a 40 anos (41,7%), de 41 a 50 anos (36,7%) e mais de 50 anos (8,3%). Mais da metade dos alunos já possuíam uma pós-graduação e 58,3% são casados.

A disciplina foi ofertada na modalidade a distância, durante seis semanas e todas as atividades estavam relacionadas a um projeto de intervenção em uma escola. Esta deveria ter, pelo menos, um aluno com deficiência. Os conteúdos discutidos foram: conceitos sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, aspectos legais, tipos de deficiência e de acessibilidade, tecnologias assistivas. As discussões teórica-prática ao longo da disciplina e os diferentes tipos de deficiência apresentados favoreceram a construção do conhecimento por meio do diálogo e das reflexões propostas.

## **ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS**

Os dados foram coletados no período de Maio a Novembro de 2015 por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - *Moodle*, ambiente escolhido para a oferta da disciplina e para armazenamento dos dados da pesquisa, por discussões em grupos, ao longo da disciplina, e por alguns documentos disponibilizados. Optou-se por categorizar os dados a partir dos sujeitos

pesquisados: alunos-professores, em sua maioria professores da Educação Básica; alunos com deficiência e professores de Educação Especial.

Foram pesquisadas 13 escolas, em sua maioria, localizadas na Grande Vitória. Entre elas, somente uma era instituição particular de ensino, as demais eram escolas públicas. Seis das escolas pesquisadas não possuem sala de recursos multifuncionais, somente três escolas possuem outros profissionais, tais como: psicólogos, enfermeiros e/ou médicos. Em termos de acessibilidade física, a maioria possui rampas e banheiros adaptados. As deficiências encontradas foram: autismo, distrofia muscular de Duchenne, surdez, física (cadeirante), síndrome de Down e visual. Além de crianças com altas habilidades/superdotação e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade.

#### A PERSPECTIVA DOS ALUNOS-PROFESSORES POR MEIO DA PRÁXIS

A maioria dos alunos-professores em formação relataram a dificuldade e o desconhecimento para o atendimento aos alunos com deficiência. Alguns, sensíveis à causa, por iniciativa própria buscaram caminhos possíveis para a inclusão destes alunos. Estes dados foram importantes para identificar a evolução do grupo após o período de formação. O recorte a seguir, demonstra esta questão do perfil diagnóstico do grupo, seus principais desafios e angústias vividas:

Minha primeira experiência com a "inclusão no Ensino Regular" se deu em 2005, na sala de alfabetização. Um aluno era síndrome de down, e o outro surdo-mudo. Eu super-inexperiente, buscava ajuda na escola e por mais que os coordenadores, colegas professores quisessem me ajudar não conseguiam, pois também não conheciam técnicas, metodologias pra aplicar. A única coisa que a escola me cobrava era pra mantê-los dentro da sala, sem deixá-los correr pelo pátio pra não atrapalhar as outras salas. Puxa, venci aquele ano com o coração muito apertado, de saber que não fiz nada por aquelas duas crianças. Confesso que ao longo da minha carreira no magistério, tive também um pouco de resistência em trabalhar com algumas deficiências, tinha medo, se caso o aluno viesse dar uma crise, surto, etc. Em 2010, comecei me despertar pra tal tema, foi quando fui trabalhar numa creche, e lá já notava que algumas crianças tinham características diferentes do padrão das outras ditas normais. E como diretora tentava alertar isto para os pais, para Secretaria de Educação, no entanto ninguém dava importância, ambos viam a situação apresentada como normal pra idade. Porém, quando chegavam no Ensino Fundamental, todos já se preocupavam, alertava agora os pais, etc. Hoje chego a conclusão que muitas deficiências poderiam ser diagnosticada bem cedo. Mas falta preparo dos profissionais, olhar sensível para Educação Infantil, psicólogos, médicos mais preparados, pais mais informados. [...] Infelizmente nós



estamos muito aquém do que devemos ser frente à Inclusão (aluno-professor em formação, 30/05/2015, via Fórum).

Outra questão citada ao longo do curso foi a falta de formação inicial relacionada à Educação Especial, colaborando para a insegurança e o despreparo no atendimento aos alunos com deficiência.

Sou professora de Informática Educativa e pedagoga. Trabalho como pedagoga em uma escola Estadual no município de Serra e como professora na Prefeitura de Serra. Quando comecei a trabalhar me deparei com diversos alunos com NEE e tive que buscar e aprender um pouco sobre o assunto, pois quando fiz faculdade na época, não estudamos muito sobre o assunto e não me especializei sobre o assunto. Hoje me orgulho de ser pedagoga e professora de alunos com NEE. A inclusão não é uma tarefa fácil, mas me desafia todos os dias e busco sempre ampliar e diversificar a minha prática pedagógica, contribuindo para uma educação que atenda verdadeiramente a todos os alunos (aluno em formação, 30/05/2015, via Fórum).

Ao longo da pesquisa, os alunos-professores perceberam o descaso de algumas instituições de ensino com relação à acessibilidade, a contratação de profissionais específicos, a falta de planejamento integrado, a importância da relação família/escola, a atenção à baixa visão (muitas vezes disfarçadas por meio dos óculos), a desmistificação do conceito de um aluno com altas habilidades/superdotação e outras questões que comprovam a importância da formação incorporando a prática dos docentes, conforme excerto a seguir:

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade (Paulo Freire). E é esta a sensação que fica após este seminário. Visualizamos experiências e valores presentes em nossas escolas que têm permeado toda a sociedade.

Com esse seminário aprendemos sobre diversas deficiências e um fato muito interessante foi o de não termos assuntos repetidos. [...] Uma experiência enriquecedora (aluno-professor em formação, 06/07/2015, via Fórum).

## A PERSPECTIVA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: APROXIMAÇÕES E DESAFIOS

O tempo disponibilizado pelos professores regentes foram uma das questões mais citadas na pesquisa para justificar a falta do planejamento integrado com o professor de Educação Especial. Também, houve registros de escolas que não possuem o profissional especializado.

Nas escolas que possuem professor de Educação Especial, as questões mais suscitadas foram a dificuldade em encontrar meios para adaptar os recursos e materiais que realmente favoreçam o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. E também, a resistência e o desinteresse de alguns professores no processo de inclusão destes alunos.

[...] os professores sempre alegam que não tem tempo pra realizar dois planos e que o aluno especial tem muita dificuldade de aprendizagem, o que demanda muito tempo para atendê-lo de forma individual, enquanto isto os outros alunos não tem paciência de esperar, ou reclama se fica toda hora voltando a matéria - Professora de Educação Especial, comunicação verbal - 2015.

Apenas uma aluna-professora que cursou a disciplina de Acessibilidade e Tecnologia relatou o empenho dos professores regentes, da escola que pesquisou, pela busca de soluções para o atendimento aos alunos com deficiência, citando que duas professoras passaram a pesquisar sobre a deficiência do aluno e propuseram materiais adaptados.

## O PENSAMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: INTEGRAÇÃO E COMPARTILHAMENTO

Se de um lado encontra-se a falta de formação e/ou tempo e motivação para as questões da inclusão escolar, do outro lado tem-se alunos ávidos pelo saber e pela colaboração para com a escola. Ao serem questionados durante a pesquisa sobre o quê gostariam de encontrar na escola, os alunos relataram o desejo de sentir o interesse do professor em sua aprendizagem, mais compromisso na divulgação e nas questões necessárias relativas à sua deficiência, um laboratório de informática mais preparado, acessibilidade física, material didático digital, salas de recursos multifuncionais, atividades que proporcionem interação com outros colegas e mais aulas práticas.

Em uma das entrevistas, a aluna do 5º ano com mielomeningocele (paraplegia com cadeiras de rodas), de maneira muito simpática e espontânea respondeu algumas questões que se inter-relacionam no que diz respeito à integração com os demais colegas da turma, a importância da família e a falta de conhecimento docente sobre os alunos com deficiência. Quando questionada se gostava de sua turma na escol

Não. Pelo amor de Deus! Oh meninos bagunceiros! Falam pra caramba parecendo maritaca na fruteira. [...] [nome ocultado da monitora] fica brincando comigo já que as crianças não brincam comigo, eles brincam de queimada, bambolê [...]. O que eu mais gosto na escola, humm... deixa eu pensar. Pode falar a verdade? Comer, brincar, dar esporro nos amigos... Principalmente, nas crianças do primeiro ano, elas são chatas para caramba [muitos risos]. Na escola os bebedouros são grandes, não alcanço. Os banheiros já não precisam mais de nada, eu consigo entrar. Agora sobre a minha família, a pessoa mais importante é minha mãe, se a minha mãe morrer eu morro junto, ela que cuida de mim. Eu não tenho medo de falar com repórter, apareço na televisão [...] Você não sabe nada de mim não professora, ballet, natação, entrevistas, comigo tudo é papo reto (aluna cadeirante, 04/06/2015, informação verbal).

É certo, que o desejo de cada aluno está diretamente relacionado ao seu tipo de deficiência, entretanto, se a escola refletir e compreender que as questões ligadas à inclusão favorecem a todos é possível caminhar rumo ao processo real de inclusão no ensino regular. O recorte a seguir, resume o sentimento de muitos alunos com deficiência. Quando questionado sobre como a escola poderia ajudar em seu aprendizado, um dos alunos, diagnosticado com Síndrome de Asperger, diz: “Sei lá! Não ter um conhecimento mecânico, sabe? Tem que abrir mais o pensamento” (07/06/2015, informação verbal).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio desta pesquisa foi possível aproximar e promover uma interlocução sobre o cenário escolar e a prática realizada nos aspectos referentes à inclusão das pessoas com deficiência.

Percebeu-se a angústia, muitas vezes dos alunos com deficiência, outras dos professores de Educação Especial, outras dos “alunos-professores” que conheceram a realidade da escola. Além disso, uma maior conscientização de que é possível promover a inclusão desde que esse esforço seja uma “causa coletiva”, de todos os envolvidos com a pessoa com deficiência (profissionais da escola e família).

Foi possível constatar que o processo de formação dos “alunos-professores” permitiu um olhar mais sensível e atento às pessoas com deficiência e a ampliação dos conhecimentos sobre a grandeza e a singularidade do universo

das deficiências. Notou-se, em vários contextos, o distanciamento existente entre o desejo do aluno com deficiência e a escola que o acolhe.

Constatou-se a preocupação em termos de acessibilidade física, por meio das rampas e banheiros acessíveis, sendo que algumas escolas contam até com elevadores. É sabido que a inclusão, não se resume a acessibilidade física. E a escola, na sociedade contemporânea, precisa refletir sobre suas práticas para além do atendimento aos alunos com deficiência. Ainda precisa lidar com “outros tipos de deficiências”, muitas vezes de profissionais e de infraestrutura. Falta de formação adequada, de profissionais especializados, de motivação, de tempo e infraestrutura para planejar e de produzir materiais adaptados.

Nesta pesquisa observou-se que é preciso intervir na realidade mesmo diante das impossibilidades que se configuram, do contrário a inclusão pode ficar mais distante mesmo com as garantias previstas nas legislações vigentes. Algumas questões são atitudinais e possíveis, tais como: apresentar o aluno e suas limitações a toda a comunidade escolar, prover a interlocução escola e família, usar o espaço da sala de aula como ambiente de construção de conhecimento em práticas diferenciadas que atendam o maior número de alunos, independente de aspectos relacionados à deficiência.

Os resultados desta pesquisa apresentam um breve panorama sobre os desafios e as interlocuções necessárias entre os sujeitos envolvidos no processo de inclusão. Há um caminho a ser trilhado para a implementação e regulação do estatuto da pessoa com deficiência e um deles perpassa pelo processo de formação da comunidade escolar. Como trabalhos futuros pretende-se continuar a pesquisa visando à construção de um plano de ação e de medidas interventivas no sentido de aproximar os sujeitos e as escolas pesquisadas ao processo de inclusão que beneficie a todos.

## **REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRÉ, M. E. D. *Estudo de caso: seu potencial na educação*. Revista de estudos e pesquisas em Educação. Cadernos de pesquisa. Nº 49, p.51-54. São Paulo, Maio, 1984.

BENDER, W. N. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014. 156p.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996*. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso: jul. 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei de nº 12.796 de 04 de abril de 2013*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 02. nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei de nº 13.146 de 06 de Julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127)>. Acesso em: 02. maio. 2016.

BUENO, J. G. S. *As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial*. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2008. p. 43-63.

FAGUNDES, L. C.; SATO, L. S.; MAÇADA, D. *Aprendizes do futuro: as inovações começaram*. Cadernos Informática para a mudança em Educação. MEC/SEED/ProInfo, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

FREITAS, M. C. *O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência*. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção educação & saúde; 9).

KASSAR, M. C. M.; ARRUDA, E. E.; BENATTI, M. M. S. *Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas*. In: JESUS, Denise. M. de; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S.; VICTOR, S. L. (Orgs.). *Inclusão:*

práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 21-31.

PRIETO, R. G. *Educação para todos: reflexões sobre o atendimento escolar dos portadores de deficiência*. In: Educação em Foco. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

RAIÇA, D. Tecnologia e Educação inclusiva. In: RAIÇA, D. (Org.). *Tecnologias para a Educação Inclusiva*. São Paulo: Avercamp, 2008. p. 19-34.

SANTOS, E. C. A inclusão escolar e a família da criança com autismo. In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA (Orgs.). *Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar*. Campinas, SP: Papirus, 2013. P. 59-87

SANTOS, E. C.; OLIVEIRA, I. M. *Trabalho Pedagógico e autismo: desafios e possibilidades*. Revista FACEVV, v. 10, p. 46-58, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.facevv.edu.br/Revista/10/Artigo4.pdf>>. Acesso em: set. 2013

VIGOSTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 6ed. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1984.